



Maciel, "artesão" da política, com 15 audiências por dia

Executivo acha positivo saldo com Congresso

A sessão legislativa do primeiro semestre deste ano terminou com um saldo positivo para o Poder Executivo. Assim, os assessores do Palácio do Planalto classificam as suas relações com o Congresso, desde o último dia primeiro de março até sexta-feira passada quando a Câmara e o Senado entraram em recesso. Este saldo se traduz na aprovação de 87 novas leis (47 já sancionadas pelo Presidente e 40 acumuladas no Gabinete Civil) e nenhuma pedência nas matérias consideradas de "interesse do governo". Este balanço é bastante diferente do que os assessores políticos do governo faziam no último mês de dezembro, quando os deputados e senadores arrumavam suas malas para deixar Brasília, no início do recesso passado. Relacionamento difícil, morosidade na tramitação das mensagens que o Executivo enviava ao Parlamento e falta de respaldo político para os atos do Presidente e seus ministros eram as principais queixas. As mesmas, aliás, que justificaram, na reforma ministerial de 15 de fevereiro, muito mais do que uma mudança de nomes mas principalmente, alterações políticas e administrativas voltadas para garantir um apoio efetivo a ao governo do presidente Sarney.

O Presidente não se encabulava de falar, através de seus interlocutores, das inúmeras críticas que o Executivo recebia das tribunas e que se refletiam nos votos contra e obstruções que seus projetos recebiam nas plenárias das duas casas do Congresso. Os partidos que teoricamente apoiavam o governo — PMDB e PFL — não estavam, através de suas lideranças sendo eficazes para enfrentar este quadro de, no mínimo, desconforto. No início de um ano legislativo que prometia ser ainda

mais problemático por conta das eleições estaduais, o Palácio do Planalto apresentou suas armas: a reformulação do Gabinete Civil e a nomeação de um reconhecido "artesão" da política, o ministro Marco Maciel, para a Pasta.

Com uma agenda composta em média de quinze audiências diárias — 80% dela de parlamentares — Maciel começou a "costurar", em bases muito próprias, o respaldo político do presidente José Sarney.

A começar por uma vitória inusitada — a aprovação do Decreto-lei do Plano Cruzado no tempo recorde de 15 dias — o Palácio do Planalto e o Congresso, afora algumas rugas passageiras, viveram nos últimos quatro meses um período de singular calma. A ponto de hoje, no Gabinete Civil, não se duvidar do fato de que "o que for realmente de interesse do Governo o Congresso aprova". Certeza que vem da constatação de que nenhuma mensagem do Poder Executivo deixou de ser aprovada pelo Congresso no tempo pre-estipulado pelo presidente Sarney. Entre eles, só ficaram para julho a lei contra violência, que não teve tempo de ser apreciada, e a nova lei de despejo, pelo qual, apesar de ser de iniciativa do Poder Executivo, o Palácio do Planalto não se empenhou.

Com tanta segurança, o presidente José Sarney já não teme o Congresso no período pré-eleitoral. Mesmo porque, pelos seus planos, nada de muito importante deverá depender da aprovação dos políticos pelo menos nos próximos oito meses. Eles estarão voltados para seus interesses políticos regionais, onde, aliás, também estarão os olhos atentos do Palácio do Planalto, já com vista à legislatura de 1987.